

Políticas sociais influenciam na decisão religiosa, diz CNBB

(Carmen Munari)

Publicada em 03/05/2007 às 18h52m

A estabilização do número de católicos no Brasil, divulgada em uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), deve-se principalmente à melhoria das condições sociais por meio das políticas governamentais, de acordo com análise da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) realizada nesta quinta-feira.

Na visão do bispo auxiliar de Belo Horizonte, dom Joaquim Mol Guimarães, o alto nível de pobreza e miséria nas periferias das grandes cidades deixa a população local suscetível a propostas religiosas que tragam solução imediata. Até agora, os evangélicos avançaram nessas áreas.

"Na medida em que a pessoa sai da situação desesperadora de miséria, ela não condiciona sua escolha religiosa, ou a decisão de mudar de religião, a esta questão, ela se sente mais livre", disse o bispo em entrevista durante a 45a Assembléia Geral da CNBB, realizada em Itaici, no município de Indaiatuba (SP) desde a última terça-feira até dia 9.

Esta liberdade, acredita, é consequência das políticas públicas. Ele evitou afirmar, no entanto, que o Bolsa Família, maior programa de distribuição de renda do país, estivesse entre essas iniciativas.

"Com as políticas públicas as pessoas ficam mais conscientes de sua situação e podem fazer opção religiosa melhor", disse.

A FGV informou na quarta-feira que o percentual de católicos entre a população do país, que vinha decaindo desde que se tem registro, se estabilizou. Em 1991 os católicos eram 82,24 por cento da população brasileira, índice que caiu para 73,89 por cento em 2000 e praticamente se repetiu em 2003, com 73,79 por cento.

Apesar dos dados, dom Joaquim disse que a Igreja Católica ainda necessita conquistar fiéis nas periferias.

"Precisamos trabalhar mais a aproximação deste mundo, para levar sinal de esperança", afirmou./td>